

## Mapear as políticas de mídia global, entrevista com ARNE HINTZ

**Adilson Vaz Cabral Filho<sup>1</sup>**

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Arne Hintz é bolsista de pós-doutorado no Departamento de História da Arte e Estudos da Comunicação na Universidade McGill, de Montreal. Sua pesquisa se concentra na política de comunicação, sociedade civil e mídia alternativa. Ele é gerente no projeto de investigação internacional "Mapeamento de Política de Mídia Global" e vice-presidente da Seção de Comunicação Comunitária e também do Grupo de Trabalho de Política de Mídia Global da Associação Internacional de Pesquisa em Mídia e Comunicação (IAMCR). Ele já trabalhou em Jornalismo, ativismo de mídia e mobilização de políticas. Email: arne.hintz@mcgill.ca – Nessa entrevista ele fala sobre o projeto que gerencia, além de iniciativas relacionadas às Políticas de Comunicação na Europa, América Latina e outros países.

**Qual é a contribuição da plataforma “Mapeamento de Políticas de Mídia Global” (MGMP) para as políticas de comunicação transnacionais? Que tipo de iniciativas em curso ou potenciais exemplos você pode nos dar sobre o uso desta ferramenta?**

Com o projeto MGMP (<http://www.globalmediapolicy.net>) estamos tentando monitorar, classificar e analisar as principais questões e desenvolvimentos significativos na política de comunicação. Nós identificamos os atores relevantes, processos e recursos, reunimos informações sobre eles em um banco de dados e usamos ferramentas de mapeamento visual para explorar as interações e os papéis. A partir de uma perspectiva acadêmica, isto pode ajudar a entender a dinâmica, os componentes e as tendências da política de comunicação social global. Para ativistas e militantes, proporciona acesso a informações relevantes e pode aumentar a capacidade de efetivamente intervir nos processos políticos.

Um dos nossos projetos atuais é monitorar a mudança da política midiática no Norte de África e do Oriente Médio. No rescaldo das revoltas e mudanças de governo em países como Tunísia e Egito, surgiram propostas para mudar a imprensa e as leis repressivas relacionadas à radiodifusão, bem como os regulamentos sobre a Internet, e estamos usando nossa plataforma online para recolher informações sobre estas propostas e nas organizações que participam neste debate (ver aqui: <http://www.globalmediapolicy.net/topic/1110>).

Esperamos desenvolver mais colaborações com pesquisadores e profissionais para criar seções sobre temas específicos ou regiões. Obviamente não podemos mapear o "mar" de toda a política de mídia global, mas podemos criar um número crescente de "ilhas" (como a da Primavera árabe que eu

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da UFF-Universidade Federal Fluminense. Secretário-geral da Diretoria da ULEPICC – União Latina da Economia

acabei de mencionar). Estamos sempre felizes quando as pessoas entram em contato conosco, propõem uma "ilha" e trabalham conosco ao criá-la.

**Quais são as principais diferenças entre os países latino-americanos e outros contextos como EUA, Canadá e Europa em relação a estabelecer princípios democráticos para as políticas de comunicação? Que tipo de aspectos comuns ou particular que você analisa na sua investigação recente?**

Muitos países latino-americanos têm um fundo histórico de governos autoritários e de alianças entre as elites políticas e empresariais. Licenças de transmissão, por exemplo, têm sido muitas vezes dada aos aliados políticos e amigos de negócios, e as grandes corporações de mídia têm desempenhado um papel dominante. Tem havido muito pouco espaço para os grupos da sociedade civil, cidadãos normais e setores marginalizados da população de ter uma voz na mídia. Isso mudou com as recentes transformações políticas e a eleição de novos governos em muitos países. As novas leis sobre a mídia na Argentina e no Uruguai reservam pelo menos um terço do espectro de transmissão para iniciativas comunitárias e abrem o processo político para a participação da sociedade civil. Estas novas leis podem ser modelos importantes para mudar a política de mídia em outras partes do mundo.

Pesquisadores e defensores de políticas como eu estão olhando para a América Latina com grande interesse. No Canadá e em partes da Europa, a rádio comunitária foi legalizada há muito tempo, mas as novas leis na Argentina, Uruguai e em outros lugares oferecem uma grande inspiração para sua expansão e fortalecimento. Na América do Norte, o papel dominante da mídia comercial tem sido criticada por um longo tempo, e por isso vai ser interessante ver se o seu domínio pode ser reduzido na América Latina. Nem todos os sinais recentes são positivos, por exemplo, a recente demissão de Gustavo Gomez, o Diretor Nacional de Telecomunicações, no Uruguai. Espero, no entanto, que o processo no sentido de democratizar a comunicação continue.

**Que tipo de atores sociais / movimentos estão liderando os esforços mais significativos para mudar as políticas de comunicação em nível internacional? Como o envolvimento de iniciativas comunitárias de comunicação e outros movimentos sociais tradicionais pode ser significativo neste processo?**

As Políticas de Comunicação são interessantes porque raramente têm sido exclusivamente baseadas no Estado. Há cem anos atrás, empresas e peritos em tecnologia já participaram fortemente na formulação de políticas, muitas vezes através da criação de normas técnicas. Eles continuam a desempenhar um papel fundamental, por exemplo, na política de Internet.

Estou particularmente interessado em como as iniciativas da sociedade civil têm estado no centro das mudanças políticas recentes. Na América Latina, a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC) tem desenvolvido projetos para novas leis de mídia, a "Coalizão para a Radiodifusão Democrática" argentina criou um conjunto de pontos que se tornou a espinha dorsal da nova lei e, dessa forma, grupos da sociedade civil não só defenderam mas, na verdade, criaram novas políticas.

Novas leis de apoio aos meios de comunicação comunitários nos EUA, Reino Unido, Índia, Nigéria e muitos outros países, foram alcançadas através de campanhas da sociedade civil. A Iniciativa de Mídia Moderna Islandesa (IMMI) propôs um conjunto de novas leis para tornar a Islândia um refúgio para salvar a liberdade de expressão e o jornalismo investigativo. Grandes campanhas em países europeus pararam também as políticas de vigilância eletrônica.

Conexões internacionais têm sido muito importantes para todas essas iniciativas. Por exemplo, a IMMI tem recolhido um pacote de melhores práticas jurídicas de outros países e quer implementar essas leis na Islândia. Iniciativas latino-americanas também têm olhado essas práticas legais em outros lugares e também propostas por instituições internacionais. O que estão provavelmente menos desenvolvidas são as conexões entre as iniciativas que lidam com diferentes tipos de questões de mídia. Grupos que lidam com a vigilância online raramente falam com grupos que lidam com rádios comunitárias. Na verdade, eles raramente sabem uns dos outros. Seria útil superar essas divisões e ter mais intercâmbio, porque, ao final, todas estas iniciativas lidam com a democratização da comunicação e com o livre acesso à informação e infraestrutura.

## Mapping global media policies, interview with ARNE HINTZ

**Adilson Vaz Cabral Filho<sup>2</sup>**

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Arne Hintz is a Postdoctoral Fellow at the Department of Art History and Communication Studies at McGill University, Montreal. His research focuses on communication policy, civil society, and alternative media. He is the project manager of the international research project "Mapping Global Media Policy" and the vice-chair of both the Community Communication Section and the Global Media Policy Working Group of the International Association for Media and Communication Research (IAMCR). He has worked in journalism, media activism, and policy advocacy. Email: arne.hintz@mcgill.ca – In this interview he answers questions involving the project he manages, and also initiatives related to Communication Policies in Europe, Latin America and other countries.

**What's the contribution of MGMP platform for transnational communication policies? What kind of ongoing initiatives or potential examples can you give us about the use of this tool?**

With the project Mapping Global Media Policy (<http://www.globalmediapolicy.net>) we are trying to monitor, categorize and analyze key issues and significant developments in communication policy. We identify relevant actors, processes and resources, gather information about them in a database, and

---

<sup>2</sup> Adjunct professor of the Social Communication Course and of the Postgraduate Program of Social Policy at UFF - Fluminense Federal University. General secretary of ULEPICC – Latin union of Political Economy of Information, Communication and Culture. Email: acabral@comunicacao.pro.br.

use visual mapping tools to explore their interactions and roles. From an academic perspective, this may help to understand the dynamics, components and trends of global media policy. For activists and advocates, it provides access to relevant information and may enhance their capacity to effectively intervene in policy processes.

One of our current projects is to monitor media policy change in North Africa and the Middle East. In the aftermath of the uprisings and government changes in countries like Tunisia and Egypt, proposals have emerged to change the repressive press and broadcast laws, as well as internet regulations, and we are using our online platform to gather information on these proposals and on organizations that participate in this debate (see here: <http://www.globalmediapolicy.net/topic/1110>).

We hope to develop more collaborations with researchers and practitioners to create sections on particular topics or regions. Obviously we cannot map the whole “sea” of global media policy, but we can create a growing number of “islands” (such as the one on the Arab Spring which I just mentioned). We are always happy for people to contact us, propose an “island” and work with us on creating it.

**What are the main differences between Latin American countries and other contexts like USA, Canada and Europe in relation to establish democratic principles for communication policies? Which kind of common or particular aspects did you analyze in your recent research?**

Many Latin American countries have a historical background of authoritarian governments and of alliances between political and business elites. Broadcast licences, for example, have often been given to political allies and business friends, and large media corporations have played a dominant role. There has been very little space for civil society groups, normal citizens and marginalized parts of the population to have a voice in the media. This has changed with the recent political transformations and the election of new governments in many countries. New media laws in Argentina and Uruguay reserve at least one third of the broadcast spectrum for community radio and open up the policy process to the participation of civil society. These new laws can be important models for media policy change in other parts of the world.

Researchers and policy advocates like me are looking at Latin America with great interest. In Canada and in parts of Europe, community radio was legalized a long time ago, but the new laws in Argentina, Uruguay and elsewhere provide a great inspiration for expanding and strengthening it. In North America, the dominant role of commercial media has been criticized for a long time, and so it will be interesting to see whether their dominance can be reduced in Latin America. Not all the recent signs are positive, for example the recent sacking of Gustavo Gomez, the National Director of Telecommunication in Uruguay. I hope the process towards democratizing communication will continue nevertheless.

**Which kind of social actors / movements are leading the most significant efforts to change communication policies in an international level? How the engagement of community communication initiatives and other traditional social movements can be significant in this process?**

Communication policy is interesting because it has rarely been exclusively state-based. Already a

hundred years ago, businesses and technological experts participated heavily in policy-making, often by setting technical standards. They continue to play a key role, for example in Internet policy.

I am particularly interested in how civil society initiatives have been at the core of recent policy changes. In Latin America, the World Association of Community Broadcasters (AMARC) has developed blueprints for new media laws, the Argentine “Coalition for Democratic Broadcasting” created a set of points that became the backbone of the new law, and in that way civil society groups have not only advocated for but have actually created new policy. New supportive community media laws in the US, the UK, India, Nigeria, and many other countries, have been achieved through civil society campaigning. The Icelandic Modern Media Initiative (IMMI) has proposed a set of new laws to make Iceland a safe haven for freedom of expression and investigative journalism. Large campaigns in European countries have stopped electronic surveillance policies.

International connections have been very important for all these initiatives. For example, IMMI has collected a package of best legal practices from other countries and wants to implement those laws in Iceland. Latin American initiatives, too, have been looking at legal practices elsewhere and at the proposals by international institutions. What is probably less developed are the connections between initiatives that deal with different types of media issues. Groups that deal with online surveillance rarely talk with groups that deal with community radio, in fact they rarely know about each other. It would be useful to overcome these divides and have more exchange because, at the end of the day, all these initiatives deal with the democratization of communication and with unimpeded access to information and infrastructure.